CORREIO POLÍTICO

POR **RUDOLFO LAGO**

PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL

Qualquer que seja o resultado, quem sucederá Lula na esquerda?

Lula e o fim de um projeto personalista

Qualquer que seja o resultado final deste segundo turno, ele marcará o início de um drama para o PT e para a esquerda: o que virá depois de Luiz Inácio Lula da Silva. Desde a primeira eleição presidencial após a ditadura militar, a esquerda foi mais e mais se rendendo a um projeto personalista, que chega agora, com a vitória ou derrota de Lula, ao seu último capítulo. E não há a essa altura um vislumbre sequer sobre para onde caminhará o PT e a esquerda a partir de então. Em 1989, quando Lula surpreendeu a todos ultrapassando Leonel Brizola, do PDT, e indo ao segundo turno com Fernando Collor, do PRN, claramente o eleitor brasileiro sinalizava um sentido de renovação. Que puniu especialmente Ulysses Guimarães, do MDB, um dos maiores artífices da redemocratização que se consagrava naquele momento. Ulysses teve, então, menos de 5% dos votos.

Ulysses era oito anos mais novo que Lula

Ulysses, o "Velhinho", como dizia a sua campanha, foi punido nas urnas naquela ocasião porque representaria algo ultrapassado diante desse sentimento do novo. Ulysses tinha, então, 73 anos. Era oito anos mais novo do que é agora Lula, que disputa o segundo turno com Flávio Bolsonaro aos 81 anos. Hoje, ninguém poderá dizer que Flávio Bolsonaro, aos 45 anos, representaria um sentido de renovação. No fundo, o seu voto não é dele. É de Jair Bolsonaro, que tem 71 anos. A atual eleição é velha.

ANTONIO CRUZ/EBC

Ulysses, o "Velhinho", era oito anos mais novo que Lula em 89

Lula tinha 44 anos

Em 1989, Fernando Collor tinha 40 anos quando passou para o segundo turno. E Lula tinha 44 anos. Dois homens jovens foram as escolhas diante de outros nomes que o eleitor identificou como representações do passado que a democracia extinguia. Nomes identificados com a ditadura. Seja a favor dela, como Aureliano Chaves e Paulo Maluf, seja contra, como Ulysses ou Brizola. A partir de então, porém, o enorme carisma de Lula foi se consolidando como opção.

Alternativas foram demolidas

Lula e o PT representavam uma nova proposta de esquerda, a partir do que surgia de novo então na sociedade. Primeiro, derrotou os modelos antigos, de Leonel Brizola ou dos partidos comunistas. Depois, foi desviando o MDB e o PSDB de uma posição de centro-esquerda para um campo mais conservador. Lula negou palanque a Ulysses para apoiá-lo no segundo turno.

PSDB

Nos primeiros movimentos para a sucessão presidencial em 1994, o PT chegou a negociar uma aliança com o PSDB. O candidato à Presidência de Itamar Franco seria seu ministro da Previdência, Antonio Brito, do MDB. Veio o Plano Real. O PT ficou contra. E a estabilidade econômica guindou Fernando Henrique Cardoso como candidato.

Primeira polarização

Extinta a possibilidade de aliança, o PSDB uniu-se ao PFL, caminhando, então, para um governo mais de centro-direita com Fernando Henrique Cardoso à frente. Petistas e tucanos durante anos protagonizaram o primeiro momento de polarização brasileira, o primeiro FlaXFlu, ainda que bem mais civilizado.

Dilma

Sempre candidato desde 1989. Lula chega finalmente à Presidência em 2002. Antes, trata de esvaziar alternativas à esquerda que não passassem pelo seu controle, como Luiza Erundina. Cria uma alternativa que imaginava que controlaria, sua ex-ministra da Casa Civil Dilma Rousseff. Lula imaginava voltar após os quatro anos de Dilma.

Eduardo Campos

Se esse era o acordo, Dilma não cumpriu. Foi candidata e reelegeu-se quatro anos depois. Na mesma eleição, que fez sucumbir num acidente aéreo alguém que se construía como alternativa à esquerda: o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, do PSB. Mais e mais, limitou-se Lula como a alternativa de esquerda.

Risco democrático

Com a vitória de Jair Bolsonaro em 2018 e todos os movimentos lidos como um ensaio de golpe contra a democracia, a esquerda foi se unindo em torno de Lula como alternativa. Partidos como o Psol e a Rede, que até então tinham seus próprios candidatos, uniram-se em torno do PT. As circunstâncias consolidaram o projeto personalista de Lula.

E agora?

Mesmo nomes mais ao centro, como Geraldo Alckmin e Simone Tebet, se agregaram a Lula. Se por um lado não havia dúvidas da capacidade política de Lula para conduzir os processos que o tornaram presidente por três vezes, por outro toda a situação inibiu completamente a construção de alternativas. A esquerda não tem quem suceda Lula.

PRESIDÊNCIA DO SENADO

Davi Alcolumbre pautou a 6x1 para o meio da discussão eleitoral

Escala 6x1 entra no Senado sob pressão eleitoral

Discussão começa na terça e votação pode ficar perto do segundo turno

Por **Beatriz Matos**

Encerrado o primeiro turno, o Senado retoma os trabalhos colocando no centro da agenda uma pauta que mistura direitos trabalhistas, impacto econômico e cálculo político. Nesta terça-feira (6), o plenário começa a discutir a proposta de emenda à Constituição que reduz a jornada semanal e estabelece dois dias de descanso. O calendário desenhado pela Casa pode levar a votação para a semana anterior ao segundo turno das eleições.

Para ser aprovada, a PEC precisa reunir, no plenário, pelo menos 49 dos 81 senadores, em dois turnos. O momento escolhido para destravar a matéria acrescenta uma variável eleitoral a uma negociação que já seria difícil.

A proposta tem apelo entre trabalhadores, enquanto setores empresariais fazem ressalvas aos efeitos da mudança sobre custos e contratação.

Na Câmara, porém, a resistência política foi pequena, o texto passou em segundo turno por 461 votos a 19. No Senado, a avaliação de parlamentares ouvidos pelo Correio da Manhã é de que a proximidade das urnas reduz o espaço para uma rejeição aberta à proposta.

Para o doutor em Direito Constitucional e pró-reitor da Estácio Brasília Murilo Borsio Bataglia, colocar a PEC na agenda demonstra que houve avanço na articulação, mas ainda não significa que os votos estejam assegurados.

"A inclusão na pauta demonstra articulação política e prioridade institucional, mas não significa que exista maioria garantida", afirma. Segundo ele, a construção dos 49 votos será o ponto decisivo e pode estimular negociações até a votação.

O texto aprovado pela Câmara e mantido pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas, sem diminuição salarial, em uma transição de 14 meses. A primeira redução, para 42 horas, ocorreria 60 dias após a promulgação; a segunda, para 40 horas, doze meses depois. Os dois dias de descanso também passariam a valer após os primeiros 60 dias.

É justamente na aplicação da mudança que pode surgir espaço para negociação. Bataglia aponta que uma maioria de ser construída em torno de ajustes na transição, criando mecanismos de adaptação das empresas.